



CONFIDENCIAL

AZIZ AHMED

aziz.ahmed@jcom.com.br

Sermetal é da Petrobras

Aleluia! Fonte da coluna garante que a Petrobras chegou a um acordo com Nelson Tanure para que a maior empresa da América Latina possa usar o estaleiro Sermetal, do Caju. Justamente nesse emblemático local está o dique da antiga Ishibrás, onde foram construídos os navios "Tijuca" e "Doceford", os maiores já feitos no País, com capacidade para transportar até 300 mil toneladas. A estatal terá o domínio total sobre a área. Cada obra será licitada entre particulares e quem oferecer as melhores condições receberá a tarefa específica. O prazo do aluguel é de 20 anos com opção de prorrogar por mais 30. Comenta-se que o aluguel mensal seria de R\$ 4 milhões.

Toque de terror

Começam a surgir boatos de que, depois de abater um helicóptero da Polícia, os narcoguerrilheiros urbanos do Rio fazem novas ameaças para inibir a reação das autoridades. Especula-se que poderiam usar o arsenal de que dispõem para atingir aviões de carreira, em decolagem nos aeroportos Santos Dummont e Galeão. Quem viver verá. Literalmente.

Toque de recolher

Outra boataria que corria solta ontem, esta nos gabinetes militares, dava conta de que o secretário de Segurança, José Mariano Beltrane, estaria disposto a pedir demissão. Sairia pela porta da frente.

Na mina

Depois de abrir filial no Rio e expandir a sede em Fortaleza, a Usix, empresa de produção de software para seguros, desembarca na capital paulista. Cafidada pelo BNDES e o Banco do Nordeste, por meio do fundo Criatec, investiu R\$ 1,2 milhão nesses projetos. No comando da nova filial, a experiente Monica Miotto conhece a dimensão da tarefa: "Cerca de 53% do volume de prêmios de seguros estão em São Paulo", afirma.



DIVULGAÇÃO/VTN COMUNICAÇÃO

Venda de genéricos em alta

A Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico registrou no segundo quadrimestre deste ano expressiva recuperação do setor. O faturamento aumentou 8,6% em relação aos primeiros quatro meses. Mais de R\$ 10,5 bilhões foram movimentados pelo atacado de janeiro a agosto. No segundo quadrimestre, destaque para os genéricos, com aumento de 15% em unidades vendidas, faturando mais de R\$ 394 milhões.

Natal aquece venda de vinhos

A importadora de vinho Solex Brasil trouxe no começo do mês 10.464 garrafas do Prosecco di Valdobbiadene já pensando nas festas de fim de ano. Em uma semana, vendeu 57% da carga. Na expectativa de aumentar as vendas de vinhos e proseccos em torno de 40% nessa época do ano, reforçou a adega.

Brasil no combate a fome

A antenada Pomona Politis teve acesso a relatório da ONG ActionAid que projeta o Brasil como líder no combate à fome no mundo. Diz o documento que o governo Lula conseguiu reduzir em 73% o número de crianças mal alimentadas.

Beleza põe mesa

Estudo da Universidade de Radbound, na Holanda, indica que os homens realmente "perdem a cabeça" diante de uma mulher bonita: acabam ficando com mais dificuldade para soletrar, somar ou até mesmo falar coisas inteligentes em uma conversa casual.

O hino da Defesa

Estão abertas até as 18h do dia 13 de novembro as inscrições para o concurso que escolherá o hino do Ministério da Defesa. O vencedor ganhará um prêmio de R\$ 10 mil. O candidato terá que entregar duas vias da obra no Protocolo-Geral do Ministério da Defesa (Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, térreo, Distrito Federal, CEP 70049-900).

NÃO LETAL. O secretário da Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, apresenta hoje os guardas municipais que vão atuar à noite, no Leme, armados de pistolas Taser, que emitem ondas paralisantes.

POLE. A brasileira Rafaela Montenero, de 24 anos, ganhou ontem, no Teatro Astral, de Buenos Aires, o torneio Sul-Americano de Pole Dance - 2009, mais conhecido como a dança do poste e que mistura erotismo e acrobacia.



A hora é de botar a mão no fuzil e cair pra dentro. A sociedade quer respostas

Do coronel Marcus Jardim, comandante do Policiamento de Área, em discurso, ontem, para sua tropa, no Rio



Sistema CNC - SESC - SENAC
Do Tamanho do Brasil

www.portaldocomercio.org.br



TAXAÇÃO DO IOF - Economistas de instituições internacionais começam a levantar questionamentos sobre a transparência da política econômica brasileira

Mantega acena com mais medidas para conter dólar

DA REDAÇÃO

Diante das evidências de que o mercado de ações e a cotação do dólar precisaram de apenas um dia para retomar a trajetória anterior à decisão do governo de cobrar 2% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) dos investidores estrangeiros, o governo não descarta a hipótese de endurecer o jogo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que medidas complementares e adicionais à tributação poderão ser adotadas pelo governo para conter a valorização do real.

Mantega participou, pela manhã, de audiência pública na Comissão Especial da Câmara que analisa o Projeto de Lei (PL) de capitalização da Petrobras. Na terça-feira, primeiro da cobrança do IOF, a bolsa chegou, no início da tarde, a cair 4,7% e o dólar fechou valorizado em 1,87%. Ontem, entretanto, as cotações das ações se recuperaram e a moeda americana voltou a ficar depreciada ante o real.

A uma pergunta sobre proposta que lhe será apresentada pelo presidente-executivo da BM&FBovespa, Edemir Pinto, no sentido de que a taxa seja feita na saída do capital, e não na entrada, Mantega respondeu que não poderia analisar uma proposta que ainda não conhece. "Não tenho uma bola de cristal para adivinhar o que os outros vão falar."

Depois, contudo, o ministro destacou que o governo optou pela tributação do capital externo na entrada, porque a avaliação é de que seria mais complicado fazê-lo na saída. Quando questionado sobre se o governo poderia recuar da medida, o ministro disse que o governo apenas acabou de lançar a medida. "Temos que obser-

MOEDA FORTE

Miguel Jorge: efeito 'arrecadatório'

DA REDAÇÃO

Embora o ministro Guido Mantega tenha assegurado que o governo não tem como objetivo elevar a arrecadação com a cobrança de IOF sobre a entrada de recursos estrangeiros, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, afirmou que o impacto da taxa tem efeito "mais arrecadatório" do que sobre a cotação do câmbio. Para ele, o impacto sobre a cotação do dólar será apenas transitório.

"Não vejo que essa taxa possa ter muito efeito para melhorar a condição do exportador", afirmou Miguel Jorge. Segundo Miguel Jorge, a taxa teria mais efeito se a

alíquota fosse superior a 2%. "Isso, porém, seria um tiro no pé", ressaltou, acrescentando que uma alíquota superior à de 2% imposta na terça-feira prejudicaria o fluxo de recursos para investimentos.

Segundo a Receita, a nova taxa deve gerar uma arrecadação adicional de R\$ 4 bilhões por ano em IOF, mas conforme estimativa do economista da LCA Bráulio Borges, a arrecadação com esse imposto pode somar um volume próximo a R\$ 10 bilhões em um ano, o equivalente a cerca de 0,3% do PIB. Esse cálculo considera que o IOF de 2% será mantido pelo menos pelos próximos 12 meses e se baseia no ingresso médio de investimentos estrangeiros

dos últimos seis meses.

Para o especialista, ao tomar a iniciativa de taxar o capital estrangeiro o governo pode ter levado em consideração o ganho fiscal. "Acredito que o governo uniu o útil ao agradável", afirma. Para a LCA, se a preocupação fosse exclusivamente os fluxos especulativos, a taxa faria diferenciação dos fluxos pelo tempo de permanência. Outro alvo mirado pelo governo com a medida, na opinião de Borges, é evitar a formação de uma bolha de ativos, especialmente na bolsa de valores. Ele observa que o investidor estrangeiro capta recursos no exterior a juros perto de zero e aplica no Brasil com retornos elevados.

var sua repercussão, que, acredito, será positiva. Isso não impede, porém, que possamos pensar em medidas complementares e adicionais."

O ministro também afirmou que aposta que as operações de oferta inicial de ações (IPOs) vão continuar. O que vai diminuir, segundo ele, é o fluxo de capital de curto prazo para o País. Ele disse que os investidores, quando participam desse tipo de operação, não estão preocupados com o ganho imediato, e sim com a rentabilidade que a ação da empresa vendedora pode garantir.

GOLPE NA CONFIANÇA. Em Nova York, enquanto os estrategistas de investimentos continuavam digerindo a taxa na entrada dos recursos estrangeiros dire-

cionados para renda fixa e variável no País, os economistas de instituições internacionais começam a levantar questionamentos sobre a transparência da política econômica brasileira daqui para frente.

No mercado, o principal temor é o potencial para deterioração na transparência das políticas de forma geral, principalmente se a moeda brasileira não seguir a trajetória que foi imaginada com a volta da adoção do tributo. A equipe de pesquisa econômica do Goldman Sachs para mercados emergentes entende que o Brasil iria se beneficiar por manter regras transparentes e previsíveis para a entrada de capital. Afinal, o País tem necessidades consideráveis de poupança externa para esti-

mular os investimentos e também o crescimento.

O IOF, continua a instituição, deverá elevar o custo de capital, refletido no prêmio de risco em face de maior incerteza sobre o tratamento dado à entrada de capital no País. Um estrategista da HSBC avalia que a entrada de recursos no mercado acionário brasileiro com a retomada dos IPOs no País associada com o fortalecimento da moeda brasileira "claramente se tornou demais para Mantega". No passado, no entanto, os esforços para conter o avanço do real com uma elevação do IOF não tiveram sucesso, lembra o profissional. (Com agências)

Mais Mantega na página A-4 e IOF e mercado nas páginas B-1 e B-2

COMPUTADORES

Isenção de PIS e Cofins será prorrogada

RENATA VERÍSSIMO
DA AGÊNCIA ESTADO

O governo vai prorrogar a isenção de PIS e Cofins sobre a venda de computadores e seus componentes. O incentivo terminaria no dia 31 de dezembro, conforme previsto na Lei 11.196, de 2005, conhecida como Lei do Bem. Em contrapartida, a indústria terá que aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). O secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Augusto Cesar Gadelha, antecipou que a isenção dos tributos deve ser prorrogada por mais quatro anos.

"Este é o número mais provável hoje", afirmou. A obrigatoriedade de investimentos

em inovação deve subir de 2% para 3% do faturamento anual das empresas, depois de descontado o pagamento de impostos. Gadelha explicou que o percentual ainda ficará abaixo dos 4% previstos na Lei de Informática, que concede redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na fabricação de computadores e componentes de informática para as empresas que investirem em P&D.

A Lei do Bem reduziu esta obrigação para 2% até o final deste ano. Por isso, se não houvesse uma nova lei, as empresas teriam que investir em inovação 4% do faturamento a partir de 2010. O secretário informou que o governo deve publicar no início de novembro uma nova medida provisó-

ria estendendo a isenção de PIS e Cofins para a venda de computadores e fixando em 3% do faturamento o percentual para os investimentos em inovação, como contrapartida da redução de IPI.

MERCADO CINZA. A isenção tornou os produtos mais baratos e aumentou as vendas legais, reduzindo sensivelmente o chamado mercado cinza, geralmente de máquinas contrabandeadas, frisou Gadelha. Segundo ele, a venda de bens de informática no mercado paralelo caiu de 75% para 30% dos produtos comercializados nos últimos quatro anos. O combate ao mercado cinza, assinalou, estimula o fortalecimento da indústria nacional. "Hoje o Brasil é um dos gran-

des produtores de microcomputadores." O secretário disse ainda que a isenção de PIS e Cofins levou também ao aumento das vendas de computadores no Brasil, que subiram de 4 milhões em 2004 para 12 milhões de unidades em 2008.

Embora tenha havido desoneração nestes dois tributos, Gadelha informou que o aumento nas vendas de computadores gerou uma elevação na arrecadação de outros tributos. Sobre a elevação do percentual do faturamento que deve ser investido em inovação, Gadelha pondera que é preciso ficar claro que são recursos aplicados na própria empresa ou em uma instituição credenciada pelo ministério que possa desenvolver projetos de interesse da empresa.

ABBR - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convoco os associados da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE REABILITAÇÃO - ABBR, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, prevista na alínea "b" do artigo 17 do Estatuto desta Instituição, a realizar-se em sua sede, na Rua Jardim Botânico, 660, Jardim Botânico - Rio de Janeiro, RJ, no dia 30 de outubro de 2009, às 12:30 horas, em primeira convocação, e às 13:00 horas em segunda, para deliberarem sobre a seguinte matéria: a) Aprovar a consolidação do Estatuto Social, por proposta de alteração do Conselho Deliberativo, com a finalidade de adaptar o Estatuto às disposições do Decreto Federal nº 2.536 de 06/04/1998, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Filantrópica e visando a sua melhor adequação com a designação de nomenclaturas constantes no normativo, compatíveis com as suas finalidades. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2009.
Deusdeth Gomes do Nascimento - Presidente do Conselho Deliberativo.

INCA
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER

BRASIL
U.M. PLANOS BENEFÍCIOS
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 252/2009
Onde se lê: ANEXO I - Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 19 servidores IBM Xseries; Leia-se: ANEXO I - Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 20 servidores IBM Xseries.
PAULO AUGUSTO DIAS DE OLIVEIRA
Pregoeiro
MS/INCA